

Cartografia Histórica da África - Mapa cor de Rosa

Arlindo José Charles

Centro de Tecnologia e Geociências – Programa de Pós-Graduação em Ciências Geodésica e Tecnologias da Geoinformação - Universidade Federal de Pernambuco e Instituto Nacional de Estatística de Moçambique -
arlindo.charles@ine.gov.mz

Lucilene Antunes Correia Marques de Sá

Centro de Tecnologia e Geociências – Programa de Pós-Graduação em Ciências Geodésica e Tecnologias da Geoinformação - Universidade Federal de Pernambuco e Instituto Nacional de Estatística de Moçambique -
lacms@ufpe.br

RESUMO

A expansão ultramarina, a navegação europeia, a ocupação colonial e a partilha da África na conferência de Berlim marcaram profundamente o caráter cartográfico do continente africano. A entrada dos colonizadores europeus inicia com a passagem da armada do Vasco da Gama percorreu toda costa africana entre os anos 1439 e 1498 antes de alcançar Calcutá. Conhecendo o litoral e motivados por interesses comerciais, em 1505, os colonizadores europeus monopolizaram as áreas estratégicas da costa africana. No Século XIX, as potências iniciaram a exploração e ocupação dos territórios do interior do continente através das expedições fluviais. As técnicas de mapeamento foram usadas para anexar e reivindicar os territórios conquistados. Nesta fase de avanço para conquista de território, sugeriram conflitos e disputas de territórios entre as potências. Para conter a onda de tensão entre os conquistadores, foi convocada a Conferência de Berlim entre 1884 e 1885 para a partilha dos territórios entre as colônias. Um dos incidentes histórico sobre a disputado das áreas de interesse é o emblemático mapa-cor-de-rosa, que colocava os dois aliados (Grã-Bretanha e Portugal.) em disputa.

PALAVRAS CHAVE: Conferência de Berlim (1884-1885); Limites em África; Mapa cor-de-rosa.

ABSTRACT

The overseas expansion, the European sailing, the colonial occupation and partition of Africa at the Berlin conference have strongly marked the character mapping of the African continent. The arrival of European settlers began with the passage of the fleet of Vasco da Gama traveled across the African coast between the years 1439 and 1498 before reaching Kolkata. Knowing the coast and motivated by commercial interests in 1505, the European settlers monopolized the strategic areas of the African coast. In the nineteenth century, the power started to exploration and occupation of territories in the interior of the continent through the river expeditions. The mapping techniques were used to enclose and reclaim the conquered territories. At this stage of progress, towards the conquest of territory, suggesting conflicts and territorial disputes between the powers. To stem the tide of tension between the conquerors, the Conference was convened in Berlin between 1884 and 1885 for the sharing of territories between the colonies. A history of incidents on the disputed areas of interest is the iconic Pink Map, which put the two allies (Britain and Portugal.) in dispute.

KEYWORDS: Berlin Conference (1884-1885); African Boundaries; Pink Map.

I - INTRODUÇÃO

Não há dúvida que o quadro geral de África mudou completamente de aspecto, com o progresso que os colonos imprimiram e dinamizaram, utilizando os seus conhecimentos e métodos de modernidade ocidentais, quer através colonização, exploração, pilhagem, quer através de bens úteis, como dos idiomas e religião unificadores e aglutinadores das tribos. Destas iniciativas surgiram aldeias recuperadas, novas vilas e cidades e até eventuais novos estados na verdadeira acepção do termo, e não, como hoje se apresentam.

Com objetivo de reportar a situação conjuntural da África na primeira visão eurocentrista e a fase de ocupação e domínio imperial que culminou com a delimitação dos territórios africanos em áreas de interesse dos europeus, este trabalho analisa e apresenta a contribuição do conhecimento cartográfico da época das conquistas tomada como fundamentação para cada colônia reconhecer e declarar monopólio dos territórios conquistados ou simplesmente conhecidos.

O trabalho foi elaborado na base de consultas de artigos que descrevem temáticas como a primeira visão imaginária europeia sobre as terras desconhecidas de África, a ocupação parcial de efetiva, os grandes movimentos de expedição fluvial para o interior do continente e os conflitos na divisão de áreas de interesse.

II - VISÃO EUROCENTRISTA SOBRE ÁFRICA E AS CARACTERÍSTICAS DO PRIMEIRO MAPA AFRICANO DETALHADO

No imaginário europeu (ANJOS, 1989), a África era um território rodeado de mistérios, um espaço escondido detrás de um tórrido deserto e sobre o qual as informações sempre foram fragmentárias e distorcidas.

Durante muito tempo, o continente só foi conhecido através de relatos que especulavam sobre seu interior descrevendo a existência de homens-macacos, ogros canibais e mulheres-pássaros. Também durante muito tempo figuraram nos mapas da África nomes de povos como os opistodátilos (de dedos revirados), sem língua e sem nariz (PAULME, 1977).

A identidade tenebrosa da África refletiu-se num repertório de topônimos cuja imprecisão é emblemática da falta de substância do continente no pensamento europeu. Denominações como Etyhopia, Lybia, Cafraria, Sudan e Barbaria, apresentadas repetidamente e em posições erradas no mapa, deixa claro que surgiram do gosto da imaginação. A estas fabulações, soma-se pouco honorável listagem de seres aberrantes, monstros antropóides, antropófagos, ictiófagos, dentre outros, que transitaram pela geografia do continente durante séculos (PAULME, 1977).

Tais estigmas transparecem no regime de anexação simbólica imposto à África pelos mapas ocidentais, legitimando uma integração desigual do que foi julgado como um pólo de antinomias nada condizentes com a civilização. Com base neste pensamento, analisar a produção cartográfica sobre o continente pode ganhar conotações muito sugestivas (WALDMAN, 2007).

Uma retrospectiva neste contexto pode-se fazer ao verificar o mapa da África (Figura 01), o primeiro a representar com alguma precisão os contornos do continente, elaborado por Guilherme Blaeu (1571-1638), grande cartógrafo batavo. Filho de negociante, Blaeu cresceu em ambiente cercado de relatos sobre países distantes. Estudou matemática e foi aluno do astrônomo Tycho Brahe. Em 1633, tornou-se cartógrafo da Companhia das Índias Ocidentais, cargo de enorme prestígio. Sua perícia na cartografia não era menor do que seu pendor artístico, revelado em mapas finamente bem trabalhados.

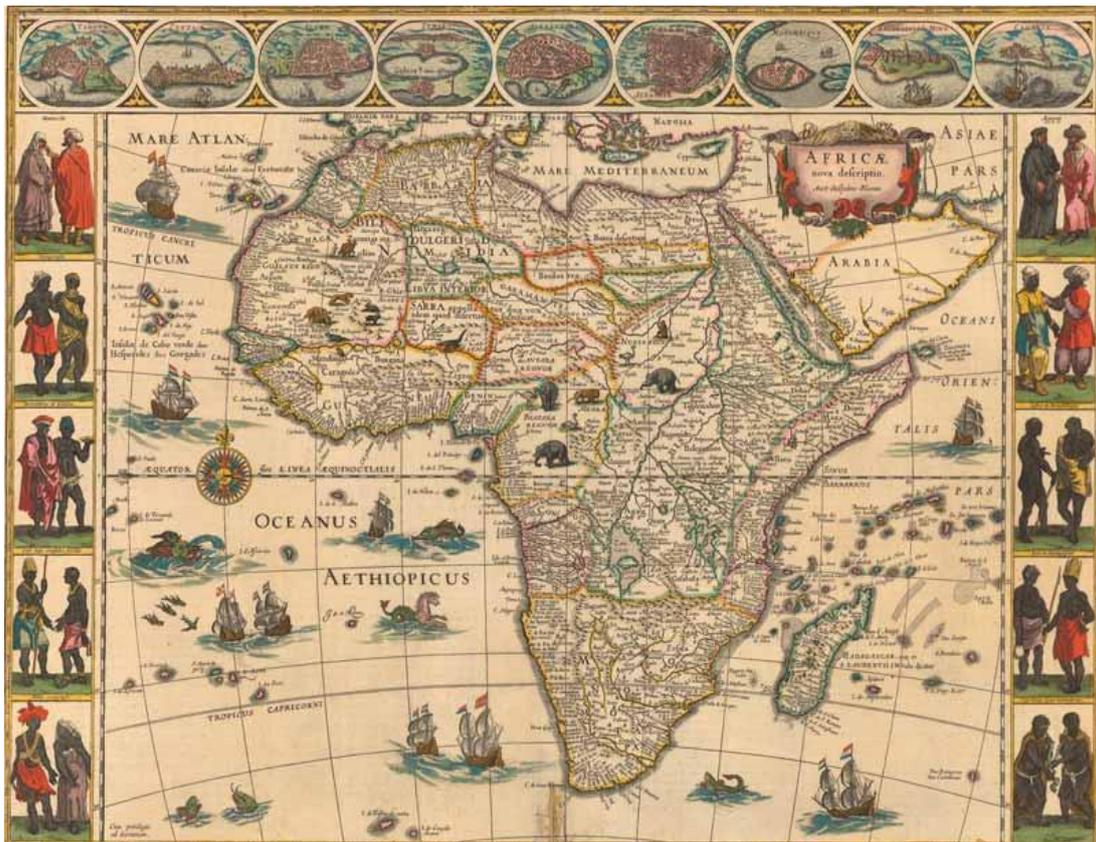


Figura 01. Primeiro mapa elaborado com alguma precisão. Fonte: (MARQUES, 1969).

O importante a ressaltar neste mapa (PAULME, 1977) é a associação de conjunto de dados imaginários e reais generalizados presentes na mesma obra (Figura 1). O mapa da África do Blaeu indicava a Europa como referência para a direção Norte, dado etnocêntrico, pois esta orientação também é

simbolicamente considerada superior. O contorno do continente, quase perfeito, revela décadas de expedições marítimas, ênfase típica do mercantilismo. Na franja superior do mapa figuram o que os europeus entendiam como principais centros urbanos: Tanger, Ceuta, Alger, Tunis, Alexandria, Alcacer, Canárias, Moçambique e Forte de El Mina. O fato de estas cidades serem portos revela que na segunda metade do Século XVI a Europa mantinha soberania costeira, raramente ultrapassando os muros das feitorias.

No conjunto de nove evidências patentes no mapa da África seis se referem à África do Norte, área conhecida pelos europeus desde a Antiguidade Clássica. A África Negra está representada apenas por dois centros, Moçambique e El Mina, ambos feitorias de comércio e de tráfico negreiro. Apesar da África Negra possuir vida urbana milenar, nenhuma das suas urbes foi representada. As cidades destacadas são aquelas que drenam as riquezas do interior através das principais vias fluviais (SERRENO, 2007).

Na parte do mar, Blaeu representou um conjunto de criaturas exóticas ou fantasiosas: peixes voadores, baleias e serpentes marinhas. No continente, aparecem exemplos da mega-fauna e animais tropicais: elefantes, camelos, avestruzes, leões, macacos e crocodilos, não plotados nos respectivos habitat. Os navios, que evidenciam o domínio do mar, são todos europeus. O espaço continental interno revela ausência de informações precisas. Repete-se a noção ptolomaica indicando as nascentes do Nilo em dois lagos inexistentes, Zaire e Zaflan, no que hoje é a África Austral. O oceano Atlântico aparece como Oceano Etíope, reunindo boa parte dos seres marinhos míticos desenhados no mapa (ANJOS, 1989).

Estranhamente não há registro de vida humana no vasto interior africano segundo o mapa. É como se a humanidade não existisse na África. O único homem representado é um cameleiro, quase certamente um mercador árabe. Complementando a exterioridade da África, os bordos dos mapas mostram povos africanos da Costa (Atlântico) e Contra-costa (Índico) (SERRENO, 2007).

III - OCUPAÇÃO COLONIAL DA ÁFRICA

Os árabes foram os primeiros povos a chegarem na costa oriental do continente africano, movidos pelo comércio de minerais, marfim, e madeiras raras. O material extraído chega ao Índico através dos principais rios que deságuam no Oceano pelas principais baías como é o caso de Mombaça, Malinde, Quiloa, Ilha de Moçambique, Quelimane e Sofala. Os árabes com relata DIAS (1954) não penetraram no interior dos reinos africanos, limitaram-se a fazer trocas nos entrepostos. A verdadeira ocupação do continente africano (BOXER, 1981) iniciou com a descoberta e a ocupação das Ilhas Canárias pelos portugueses, no princípio de século XIV. O processo de ocupação territorial, exploração econômica e domínio político do continente por potências europeias teve início no século XV e estendeu-se até a metade do século XX. O conhecimento e a expansão marítima europeia (portugueses, ingleses e holandeses)

caracteriza a primeira fase do colonialismo africano que surge da necessidade de encontrar rotas alternativas para o Oriente e novos mercados produtores e consumidores.

Os portugueses, segundo BOXER (1981), iniciam este processo na primeira metade do século XV, estabelecendo feitorias, portos e enclaves no litoral africano (Figura 02). Não existia nenhuma organização política nas colônias portuguesa, exceto em algumas áreas portuárias onde há tratados destinados a assegurar os direitos dos traficantes de escravos. A obtenção de pedras, metais preciosos e especiarias era feita pelos sistemas de captura, de pilhagem e de escambo. O método predador provoca o abandono da agricultura e o atraso no desenvolvimento manufatureiro dos países africanos. A captura e o tráfico de escravos dividem tribos e etnias e causam desorganização na vida econômica e social dos africanos. Milhões de pessoas são mandadas à força para as Américas, e grande parte morre durante as viagens. A partir de meados do século XVI, os ingleses, os franceses e os holandeses expulsam os portugueses das melhores zonas costeiras para o comércio de escravos.

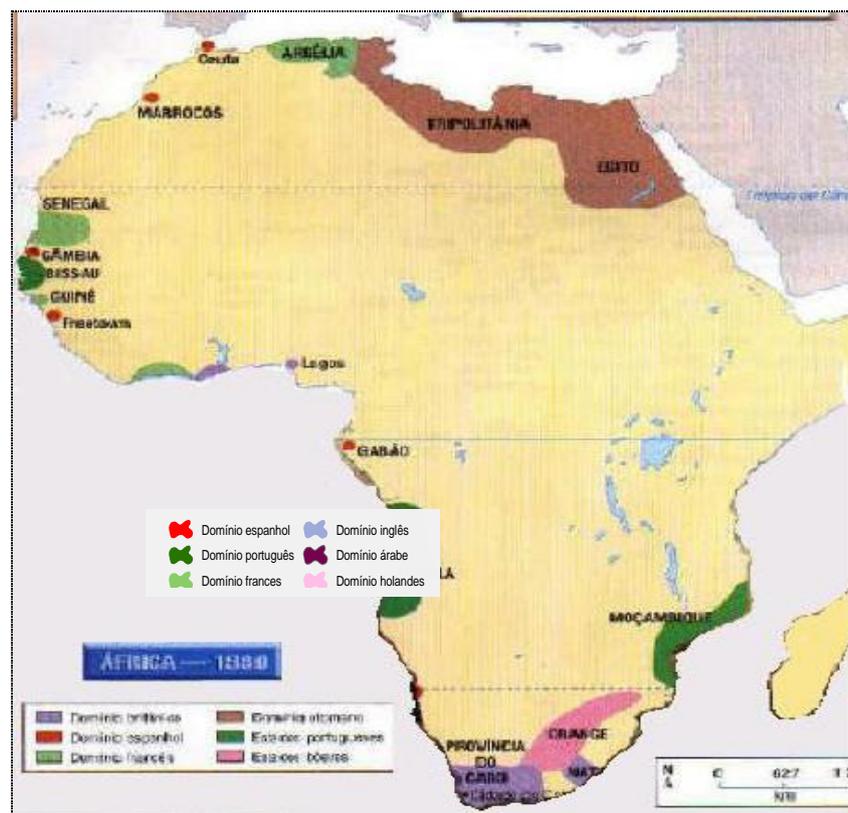


Figura 02. Ocupação litorânea do continente africano 1480. Fonte: (BOXER 1981).

No final do século XVIII e meados do século XIX (WILSONS e THOMPSON, 1969), os ingleses, com enorme poder naval e econômico, assumem a liderança da colonização africana. Combatem a

escravidão, já menos lucrativa, direcionando o comércio africano para a exportação de ouro, marfim e animais. Para isso estabelecem novas colônias na costa (Figura 02) e passam a implantar um sistema administrativo fortemente centralizado na mão de colonos brancos ou representantes da Coroa Inglesa.

Os holandeses estabeleceram-se no litoral do Transval, a partir de 1652. Desenvolvem na região uma nova cultura e criam uma comunidade conhecida como africâner ou bôer. Mais tarde, os bôeres perdem o domínio da região para o Reino Unido, (WILSONS e THOMPSON, 1969).

A ambição e o crescente espírito conquistador das metrópoles não se deram por satisfeito pela posse, domínio e monopólio do litoral africano na conquista parcial e controlo comercial. Em 1875, (ALEXANDRE, 1979), foi fundada a Sociedade de Geografia de Lisboa, reunindo em seu redor uma elite intelectual, civil e militar. Embora a sua atuação não fosse direcionada exclusivamente para o continente africano, logo nos primeiros anos da sua existência foi criada a Comissão Nacional Portuguesa de Exploração e Civilização da África, mais conhecida por Comissão de África. A função da comissão era despertar a opinião pública para as questões do Ultramar e preparou as primeiras grandes expedições de exploração científico-geográfica (Figura 03), contribuindo assim para a definição de uma política colonial portuguesa em África.

As expedições destinavam-se a efetuar o reconhecimento do Cuango e as suas relações com o Zaire, e ainda a comparar a bacia hidrográfica deste rio com a do Zambeze, concluindo, assim, a carta da África centro-austral, o famoso Mapa cor-de-rosa. Apesar do seu papel fundamental na defesa da posição portuguesa em África, face ao movimento expansionista europeu, a Sociedade de Geografia de Lisboa surgiu tardiamente, no que se refere à criação de sociedades homólogas nos restantes países da Europa. As expedições surgiram num contexto político marcado por forte movimento expansionista europeu, no domínio de territórios do interior do continente.

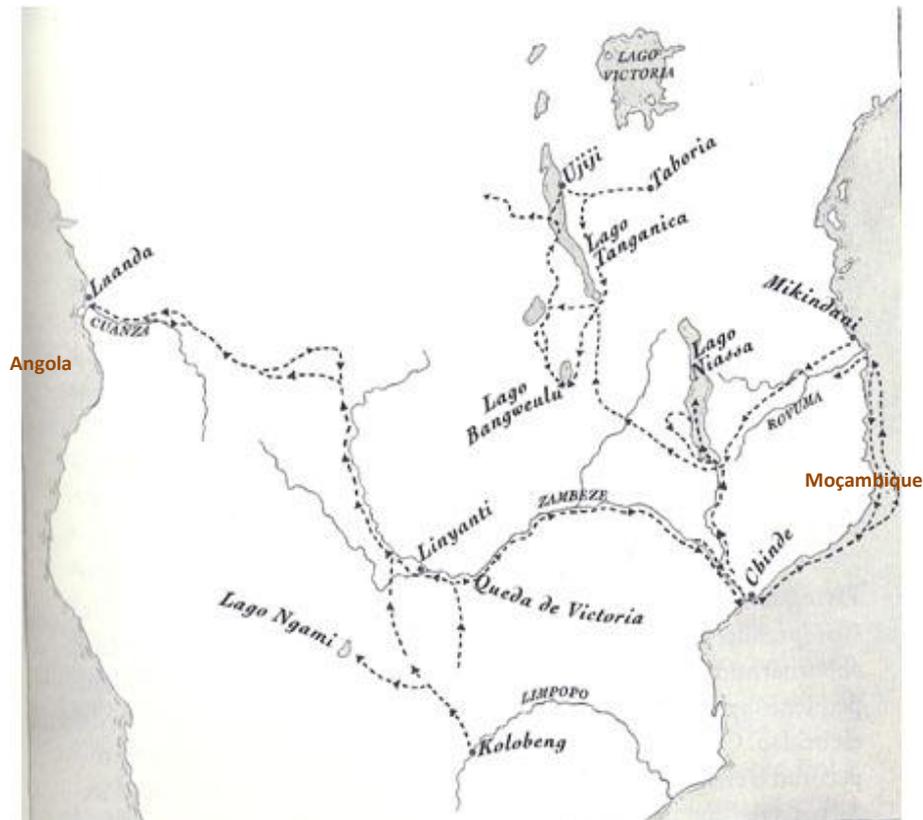


Figura 03. Itinerários das expedições europeias século XIX. Fonte: (MARQUES,1969).

As expedições e os movimentos ocupacionista geraram um verdadeiro clima de tensão e rivalidade entre as grandes potências europeias na prospecção pelos territórios, obrigando Portugal a rever urgentemente a sua política colonial e a efetivar a sua presença em diversas áreas do interior africano, pretendendo juntar à costa do Atlântico ao do Índico, isto é, de Angola a Moçambique. Este projeto colidiu com áreas de interesses dos ingleses. As tensões pela disputa dos territórios africanos entre os exploradores foram crescendo e viveu-se um momento de grande instabilidade política quando quase ocorreu uma guerra.

Para evitar a guerra, as potências imperialistas decidem convocar uma conferência colonial em Berlim, no fim do ano de 1884.

IV - CONFERÊNCIA DE BERLIM (1884 A 1885) E A PARTILHA DA ÁFRICA: A GÊNESE DO MAPA COR-DE-ROSA

A visão portuguesa sobre a África assentava ainda nos direitos históricos por ser o primeiro país europeu a pisar as terras africanas e ter feito muitas expedições. O governo Português começou por reclamar áreas cada vez maiores do continente africano, entrando em colisão com as restantes potências europeias, o que levou a originar tensões, enquanto eram desenvolvidos esforços para uma ocupação efetiva dos territórios (FEIO, 1957).

Nesse contexto, (CAMACHO, 1936), a Sociedade de Geografia de Lisboa, defendendo a necessidade de formar uma barreira às intenções expansionistas britânicas que pretendiam a soberania sobre um território. Portugal desejava assumir que se prolongava de Sudão até ao Cabo pelo interior da África, portanto, organizou uma subscrição permanente para manter estações civilizadoras na zona de influência portuguesa do interior do continente, definida num mapa como uma ampla faixa da costa à contra-costa, ligando Angola a Moçambique. Nascia assim, ainda sem sanção oficial, o chamado mapa cor-de-rosa (Figura 04).



Figura 04. Mapa cor de rosa. Área pretendida pelos portugueses. Fonte (TORRES, 1991).

Em 1884 a aceitação unilateral pela Grã-Bretanha reivindicações portuguesas ao controlo da foz do rio Congo levou ao aumento dos conflitos com as potências europeias rivais. Uma conferência internacional foi convocada, a Conferência de Berlim (1884-1885), para dirimir os múltiplos conflitos existentes e fixar as zonas de influência de cada potência em África, assistiu-se a um entendimento entre a França e Alemanha, face a uma atitude conciliatória da Grã-Bretanha, que abandonou totalmente o seu anterior entendimento com Portugal. O resultado foi à partilha do continente entre as potências europeias e o estabelecimento de novas regras para a corrida à África (CAPELA, 1996).

Portugal, CAPELA (1996), de acordo com a mesma fonte foi o grande derrotado da Conferência de Berlim, pois, para além de assistir à recusa do direito histórico como critério de ocupação de território, foi ainda obrigado a aceitar o princípio da livre navegação dos rios internacionais (aplicando-se ao Congo, ao Zambeze e ao Rovuma em território tradicionalmente português), e perdeu o controlo da foz do Congo, ficando só com o pequeno enclave de Cabinda. Após o choque da Conferência de Berlim, em Portugal percebeu-se a urgência de delimitar as possessões em África. Logo em 1885, começaram negociações com a França e a Alemanha para delimitar as fronteiras dos territórios portugueses (CAMACHO, 1936).

O tratado com a França (FEIO, 1957), foi assinado em 1886. Neste foi anexada a primeira versão oficial do mapa cor-de-rosa, apesar de a França não ter interesses naquele território. No tratado com a Alemanha, concluído em 1887, o mapa cor-de-rosa foi novamente apenso, sendo apresentado às Cortes como a versão oficial das pretensões territoriais portuguesas. Contudo, no tratado assinado, a Alemanha apenas garantiu que não tinha pretensões diretas na zona.

Segundo FEIO (1957), a Grã-Bretanha reagiu de imediato informando a Portugal ser nulo o pretenso reconhecimento francês e alemão do "mapa cor-de-rosa", pois aquelas potências nunca tiveram interesses na zona.

As pretensões portuguesas entravam em conflito com o mega projeto inglês de criar uma ferrovia que atravessaria todo continente africano de norte a sul, ligando o Cairo à Cidade do Cabo. Este obra nunca se realizou, pois além de dificuldades, obstáculos impostos pelo clima, condições físico-naturais, à oposição portuguesa com o mapa cor-de-rosa e o incidente de Fachoda¹ entre 1898 e 1899, que colocou a França e Inglaterra à beira de uma guerra (TORRES, 1991).

O Governo Português, que necessitava do acordo britânico (a Grã-Bretanha era a superpotência do tempo) para a delimitação de fronteiras, resolveu atrasar a negociação, fazendo saber que as suas pretensões eram efetivamente as do mapa cor-de-rosa. Um documento teve ampla divulgação pública e foi objeto de

¹ Também conhecido por crise de Fachoda, foi um episódio ocorrido entre 1898 e 1899, quando a França e Reino Unido decidiram construir ferrovias para conectar suas colônias. O confronto se deu na cidade de Fachoda, no Sudão onde os trajetos das ferrovias se interceptavam.

arraigadas paixões patrióticas. A designação de mapa cor-de-rosa nasceu nesta altura dado o mapa enviado ao parlamento apresentar os territórios em disputa aguçados com esta cor (MOÇAMBIQUE, 1993).

O responsável pela política colonial na época (Barros Gomes) apostou no atraso inglês no controlo efetivo das áreas disputadas e organizou expedições portuguesas que percorreram as zonas em disputa e assinaram dezenas de tratados de vassalagem com os povos autóctones. O plano era secreto, mas a espionagem britânica estava a par desde o primeiro momento, graças a um informador que tinha no próprio gabinete de Barros Gomes (MACHADO, 1951).

Após o desfecho do ultimato britânico de 1890 foi afirmado que o Governo Português, em 1888, não assumiria por completo as pretensões do mapa cor-de-rosa, tendo-o utilizado apenas como base para negociações com Londres.

Grã-Bretanha estaria então disposta a ceder o norte do Transvaal (o país dos Matabeles), retendo apenas o sul do lago Niassa e o planalto de Manica, por temer que a ceder daqueles territórios, para além de impedir a ligação costa a costa, conduzisse à livre navegação no rio Zambeze, podendo retalhar Moçambique (HENRIQUES, 2004).

Portugal, procurando o apoio do Transvaal e da Alemanha, tentando convencer o chanceler Bismarck que era do interesse bôer e alemão entregar a zona central de África a um terceiro poder de modo criar uma comunidade de interesses que obrigasse a Inglaterra a ceder.

Uma política de aproximação aos interesses bôer prosseguiu, o Governo Português retirou à Inglaterra o controlo da ferrovia de Lourenço Marques expropriando em meados de 1889 a companhia inglesa que o controlava. O Transvaal, em contrapartida, assinou pouco depois um acordo de tarifas aduaneiras e aceceu na fixação do traçado definitivo da fronteira com Moçambique (MOÇAMBIQUE, 1993).

A Grã-Bretanha considerou injusta e injustificável (CAPELA, 1996) a expropriação da ferrovia e reclamou de imediato. Com o apoio dos Estados Unidos da América os Ingleses, pediram a arbitragem internacional, Portugal recusou. Iniciou-se uma grande campanha de imprensa contra Portugal, que criou as condições políticas para a ruptura.

O resultado foi o ultimato britânico de 11 de Janeiro de 1890 exigindo a retirada de Portugal da zona disputada sob pena de serem cortadas as relações diplomáticas. Isolado, Portugal protestou, mas terminou por recuar e o projeto mapa cor-de-rosa foi abandonado e continente africano ficou dividido como ilustra o mapa da Figura 05.

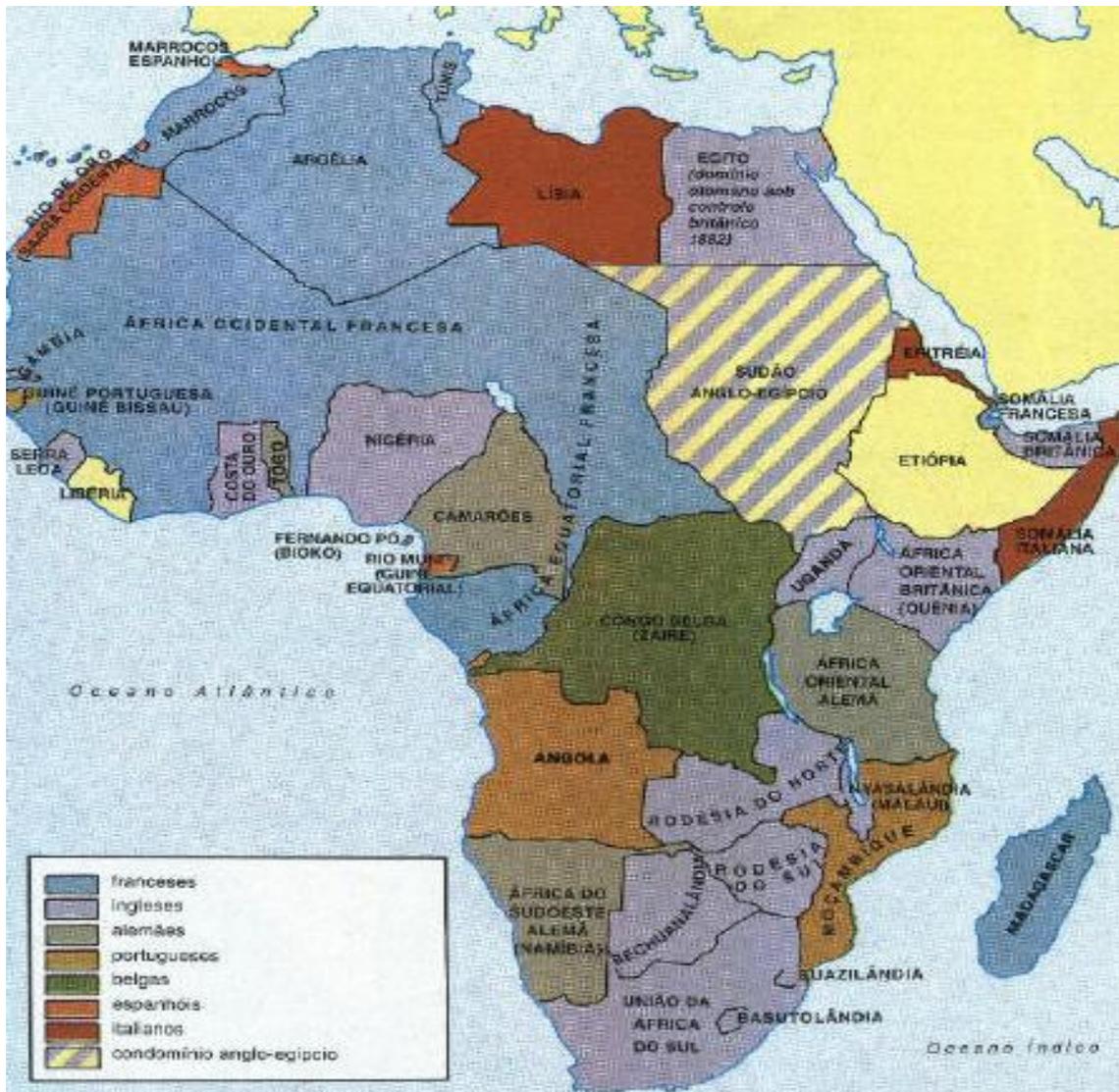


Figura 05. Divisão da África - conferência de Berlim. Fonte: (MARQUES, 1969).

V- OS LIMITES DE MOÇAMBIQUE E ANGOLA

Na Conferência de Berlim, Portugal tinha ficado com colônias na Guiné, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique. Em Moçambique os portugueses apenas possuíam algumas feitorias (Tete, Sofala, Quelimane, entre outras) ao longo do rio Zambeze e na costa, entre o Maputo e o Rovuma (Figuras 06 e 07).

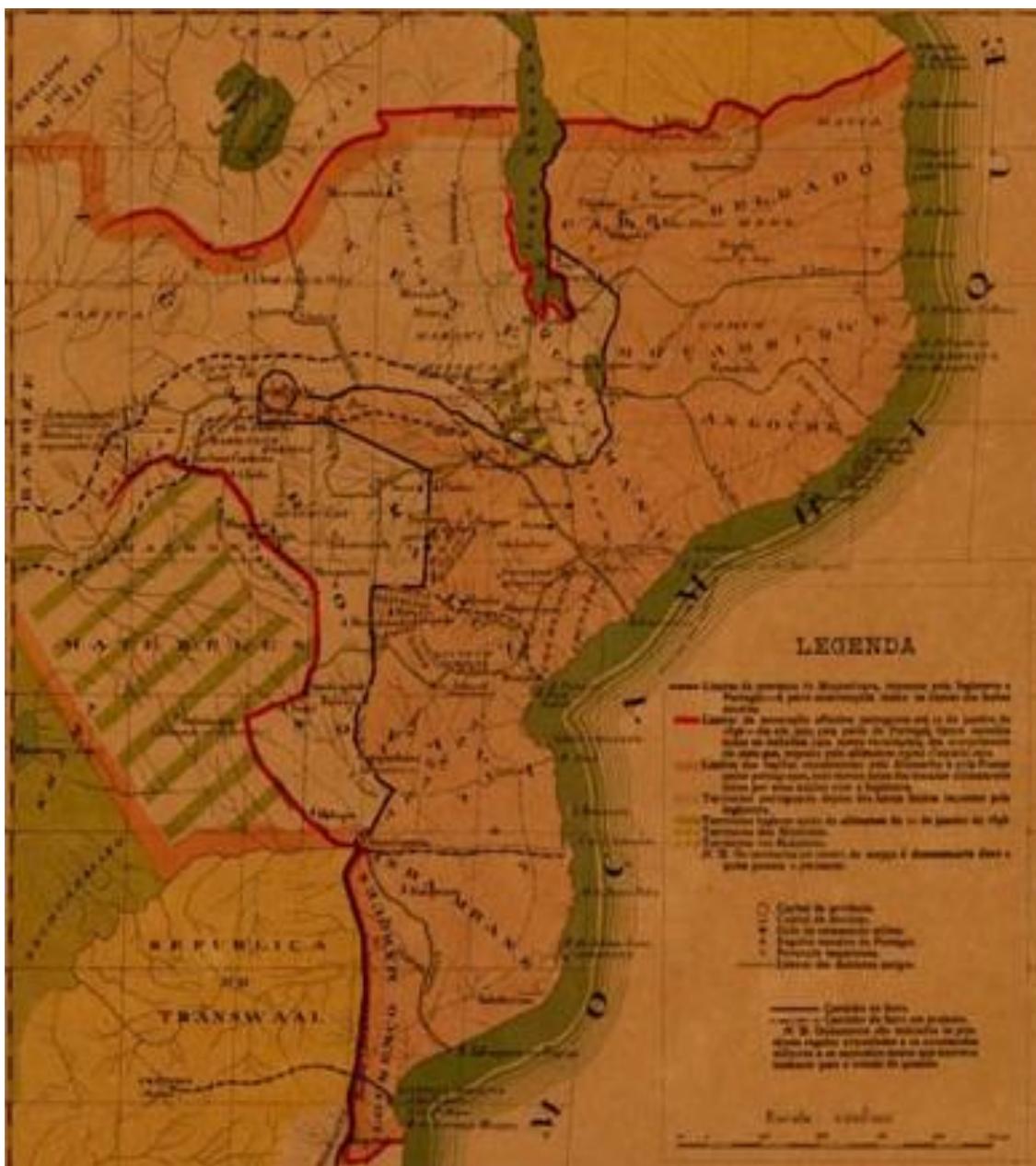


Figura 07. Os limites territoriais impostos pela Inglaterra a preto e a vermelha a ocupação portuguesa. Fonte (MARQUES, 1969).

O traçado de fronteiras entre as colônias portuguesas e as colônias inglesas, veio a ser regulado pelo tratado de 11 de junho de 1891. A partir dessa altura, Moçambique, Angola passaram a ter as fronteiras que atualmente ostentam (Figura 08).

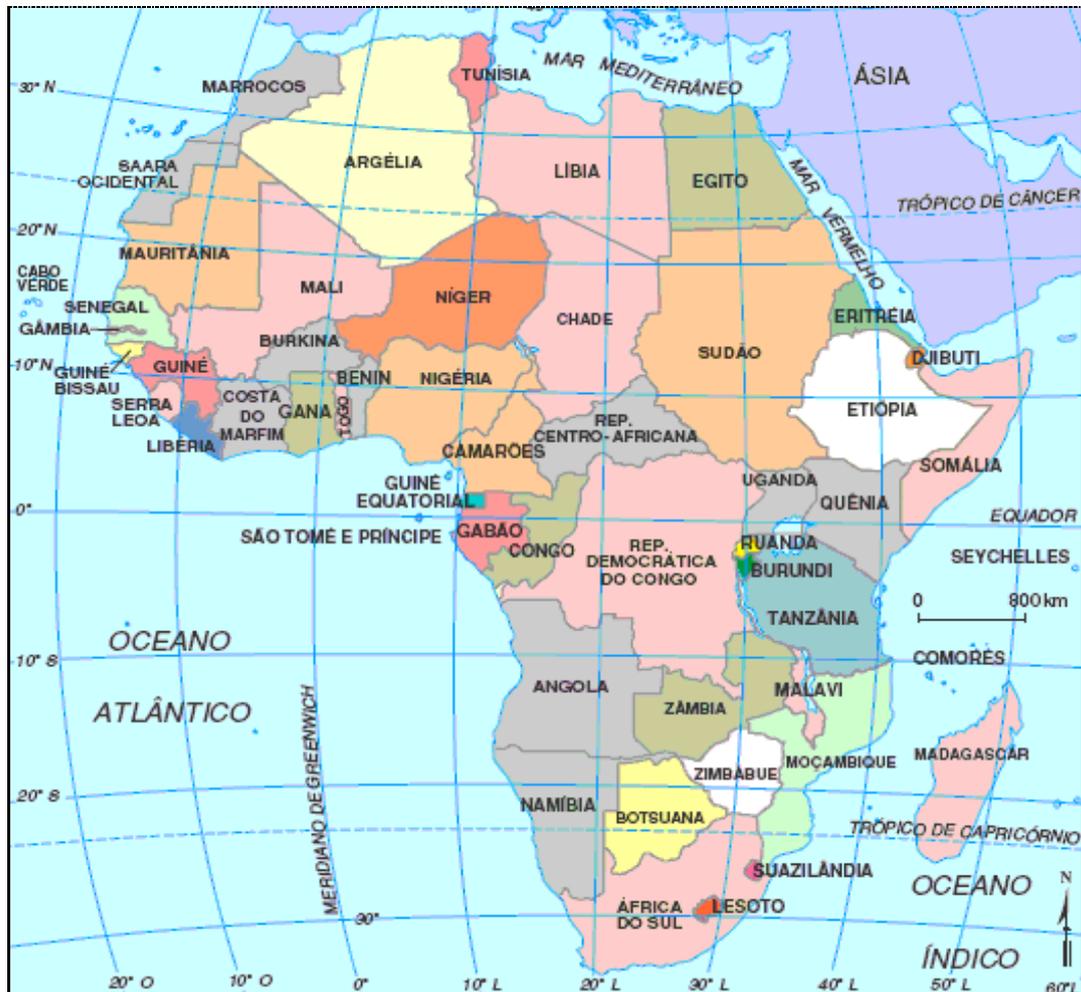


Figura 08. Mapa da divisão política atual de África. Fonte (IBGE, 2004).

Para evitar que os ingleses pudessem cobiçar as regiões do território das colônias de Moçambique e Angola, os portugueses enviaram tropas para dominarem os povos e estabelecer a ocupação efetiva.

Começa então uma nova fase de penetração para o interior. A exploração deixa de ser feita pelos secundários, tendo sido enviadas expedições militares que, partem de bases instaladas junto à costa como objetivo de garantir a ocupação, controlo e exploração sistemática e organizada de todo Moçambique, em regime capitalista (NEWITT, 1997).

VI - CONCLUSÃO

O continente africano antes de ser explorado e dominado pelas potências européias era quase primitivo, habitado por povos de diferentes etnias (berberes, bantos, khoisan, dentro outros). As etnias organizavam-se em pequenos reinados dedicando-se a agricultura, a pesca, a mineração, a caça e outro grupo (berberes) do deserto de Sahara eram nômades.

Desde a passagem da fragata de Vasco de Gama a caminho das Índias, tendo repousado nas águas calmas do canal de Moçambique e deixado o *slogan* de terra de boa gente em 1498, portugueses, ingleses, holandeses, alemães, entre outros a partir de 1500 dominaram toda região costeira, considerada ponto estratégico. Já nos meados do século XIX as potências lançaram-se para o interior do continente através de grandes expedições fluviais que resultavam em reconhecimento e mapeamento das áreas de influências.

A ganância pela riqueza da África gerou, muitos conflitos entre os colonizadores e para amenizar as tensões foi realizada a conferência de Berlim 1884-1885 (divisão dos territórios da África). Deste encontro surgiram os limites das fronteiras da maior parte dos atuais países.

A delimitação das fronteiras entre Moçambique e Angola só veio a acontecer quatro anos depois da conferência devido ao litígio entre Portugal e Inglaterra na famosa disputa da região do mapa-cor-de-rosa

O conflito com a Inglaterra terminou e a dominação efetiva portuguesa iniciada em 1888 veio a terminar com declaração das independências em 1974 (Guine Bissau e Cabo verde) e em 1975 (São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique), resultado de uma guerra sangrenta entre a coroa e movimentos nacionalistas das colônias.

De modo geral, pode-se dizer que os atuais limites que circunscrevem os contornos dos territórios africanos foram da autoria das potências colonizadoras atraídos pelo comércio e conhecimento de navegação e técnicas de mapeamentos.

VII - AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Geodésicas e Tecnologias da Geoinformação, da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE; ao Laboratório de Tecnologias da Geoinformação, Departamento de Engenharia Cartográfica da UFPE; e ao CNPq – Conselho Nacional de Pesquisa pela concessão da bolsa ao mestrando Arlindo José Charles.

VIII - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXANDRE, V. (1979). *Origem do colonialismo português 1891-1922*. Editora Sá de Costa. Lisboa 1979.
- ANJOS, R. S. *A Utilização dos Recursos da Cartografia Conduzida para Uma África Desmistificada*. São Paulo: Humanidades, n° 22. 1989.
- BOXER, C. R. (1981). *O império colonial português: 1415-1825*. Lisboa Edições70. 1981.
- CAMACHO, B. (1936). *Política colonial*. In *Cadernos colônias*. Lisboa Editorial. 1936.
- CAPELA, J. (1996). *O Ultimatum na perspectiva de Moçambique: as questões comerciais subjacentes*. In: actas do seminário - Moçambique: Navegações, comércio e técnicas. Maputo. 1996.
- DIAS, Maria Helena; BOTELHO, Henrique Ferreira - *Quatro séculos de imagens da Cartografia portuguesa = Four centuries of images from Portuguese Cartography*. 2ª ed. Lisboa: Comissão Nacional de Geografia, 1999.
- FEIO, M. M. (1957). *A colonização de Moçambique*. Lisboa 1957
- HENRIQUES, I. C. (2004). *Os pilares da diferença. Relações Portugal - África. Séculos XV-XX*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- IBGE. (2004). *Atlas Demográfico Escolar*. Rio de Janeiro 2004.
- MACHADO, Diogo Barbosa - *Memórias para a História de África*. D'El-Rey D. Sebastião. Lisboa, 1751.
- MARQUES, A. H. (1969). *Introdução*. In *Nova História da Expansão do Colonialismo europeu - O Imperialismo em África (1890-1930)*. Lisboa. Editora Estampa. 1969
- MOÇAMBIQUE. (1993). *Moçambique no auge do colonialismo 1930-1961. História de Moçambique Vol.III*. Departamento de história. Universidade Eduardo Mondlane. Maputo. 1993
- NEWITT, M. 1997. *História de Moçambique*. Nem Martins Publicações Europa-América. 1997.
- PAULME, D. *As Civilizações Africanas*. Lisboa: Publicações Europa-América. 1977.
- TORRES, A. (1991). *O império português entre o real e o imaginário*. Lisboa: Escher.